

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
CASA DE OSWALDO CRUZ**

***CYRENE DOS SANTOS ALVES***  
**(Entrevista)**

## Ficha Técnica

Projeto de pesquisa - Plantas medicinais: história e memória da pesquisa e da política científica no Brasil

Entrevistadores - Tania Fernandes (TF) e Fernando Dumas

Entrevistado - Cyrene dos Santos Alves (CS)

Data – 15/05/2001

Local – Ministério da Saúde – Brasília

Duração – 57min

Responsável pelo sumário - Gissele Viana Carvalho

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

ALVES, Cyrene dos Santos. *Cyrene dos Santos Alves. Entrevista de história oral concedida ao projeto Plantas medicinais: história e memória da pesquisa e da política científica no Brasil*, 2001. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2021. 21p

## Sumário

### Fita 1 - Lado A

A formação na área de biologia; o trabalho na CEME (Central de Medicamentos) e a participação na implantação e operacionalização do programa de fármacos e de incentivo a Pesquisa em Plantas Medicinais (PPM); menção ao Projeto Flora e o Banco de Dados de plantas medicinais; referência a Comissão de seleção de plantas coordenada por Carlini e a Portaria 93/92; considerações sobre o orçamento da CEME destinado aos sintéticos e fitoterápicos; a comissão julgadora e o processo de seleção dos projetos da CEME; os convênios da CEME e a participação do CNPq como interveniente; comentários sobre a participação dos laboratórios oficiais para a produção de medicamentos da CEME; a crise em 1990 e 91 e a retomada da pesquisa de 92 a 97; articulação e integração entre químicos e farmacólogos.

### Fita 1 - Lado B

A Comissão de Seleção de Plantas e a escolha de 36 projetos e 21 plantas pela CEME; referência as mudanças ministeriais da CEME; as discussões para elaboração do projeto de mudança da CEME para Secretaria de Insumos em 1993; a desativação da CEME e a situação dos laboratórios oficiais; as indústrias farmacêuticas e o investimento em fitoterápicos; referência ao Encontro bi-anual de Avaliação do Programa de Pesquisa em Plantas Medicinais; a CEME e o financiamento de projetos da Fiocruz; menção a legislação da CEME em 1975 e os projetos desenvolvidos em conjunto com a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI).

Data: 15/05/2001

### **Fita 1 - Lado A**

TF – Entrevista com Cyrene dos Santos Alves para o Projeto “Plantas Medicinais” da Fundação Oswaldo Cruz. Dia 15/05/2001. Fita nº 1. Cyrene, eu gostaria que você começasse falando um pouco da sua formação e do início do seu trabalho na CEME [Central de Medicamentos].

CS – A minha formação é na área de biologia. Antes eu fiz 5 anos de medicina e já havia feito anteriormente parte de um curso de Direito, não gostei, terminei optando por ciências biológicas e sou biomédica. Sou enquadrada no Serviço Público como pesquisadora em Ciências Exatas e da Natureza. Eu cheguei na Central de Medicamentos no início de 1983. Naquela época estava como presidente dr. João Filício Scarpa e ele tinha como meta o desenvolvimento de um programa de nacionalização de fármacos e um outro de incentivo a pesquisa de plantas medicinais. Então eu participei da implantação e operacionalização desse programa desde o seu início em 1983.

TF- Então você pegou o iniciozinho do incentivo as plantas medicinais. Você tem uma noção dessa história antes de... 71 até...

CS – Havia... antes do programa de pesquisa de plantas medicinais da CEME, o PPM [Programa de Plantas Medicinais] como era chamado, havia outro tipo de financiamento pela própria Central de Medicamentos, pelo CNPq. Eu guardo bem a lembrança do Projeto Flora e de um outro que a CEME financiou juntamente com o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], o Banco de Dados de Plantas Medicinais, o que foi assim... o embrião do PPM.

TF - Então esse Banco de Dados não era o da Flora?

CS – Ele foi uma continuação do Flora.

TF- Feito pela CEME.

CS – Central de Medicamentos e CNPq.

TF – Então foi uma continuidade do Flora, seria isso?

CS – De uma certa forma sim. Alguns pesquisadores foram aproveitados, alguns técnicos foram aproveitados... que tinham alguma ligação com o Projeto Flora.

TF – Quem eram esses técnicos?

CS – É...

TF – De alguma Universidade? Ligado a Universidade...

CS – Sim... Dr<sup>a</sup> Elisabeth Gotemberg do Pará, dr. Francisco José de Abreu Matos de Fortaleza, Ceará... Eu esqueço agora o nome de um pesquisador do Rio Grande do Sul...

TF – Ininteligível.

CS – Não, dr. Petrowiks viria... bem depois já no Programa de Plantas Medicinais. Ele começou a trabalhar conosco em 1987. E tínhamos também um núcleo no Rio Grande do Norte, era... um em Belém, Pará, outro em Fortaleza, Ceará, um em Natal, Rio Grande do Norte, um em Porto alegre no Rio Grande do Sul... Alagoas, na cidade de Maceió. Cinco, eram cinco núcleos.

TF – E esses programas chegaram a construir um banco de dados acessível...

CS – Sim, nós chegamos a ter cerca de 900, para ser mais precisa 934 fichas preenchidas com informações da flora medicinal dessas regiões. Por isso que nós chamávamos banco de dados de plantas medicinais.

TF – E esse banco está acessível ainda hoje ou ele...

CS – As fichas estão no Ministério da Saúde. São pastas grandes de cada uma dessas regiões. Então nós temos uma grande pasta da região Norte, uma grande pasta da região Nordeste, uma da região Sudeste, uma da região Sul e uma da região Centro-Oeste. Eu esqueci, no Centro-Oeste era em Goiânia, Goiás, dr. Rizzi.

TF – Rizzi??

CS – Isso, Rizzi.

TF – Rizzini não?

CS – Rizzini.

TF – Mas esse projeto, ele subsidiava os projetos de química e de farmacologia?

CS – Não, nessa época era só levantamento de informações populares.

TF – Informações e usos populares, não era isso?

CS – Exatamente.

TF – Olha só, era uma catalogação botânica a partir do uso popular.

CS – Exatamente.

TF – Aí a senhora chegou em [19]83.

CS – Sim.

TF – Já existia a Comissão de Plantas Medicinais coordenada pelo professor Carlini.

CS – Na realidade, já havia se reunido uma vez a comissão de seleção de plantas. A Comissão de seleção de plantas já havia se reunido. Foi uma comissão constituída pelo então presidente da CEME, dr. João Felício Scarpa mediante Portaria 93/92 e essa comissão era coordenada pelo dr. Carlini. E essa comissão então já havia se reunido uma vez para selecionar as plantas de acordo com critérios pré-determinados e uma outra portaria, a Portaria nº 104/82 é... foi a responsável pela constituição da segunda comissão, que era a comissão de ensaios pré-clínicos que seria responsável pela elaboração de um protocolo de ensaios para estudo das plantas que seriam selecionadas.

TF – Então a primeira comissão era uma comissão de química, seria isso? (inaudível)

CS – Não, não. Havia químico, havia médico, havia bio-médico e havia farmacêutico nessa comissão. A comissão de ensaios pré-clínicos e clínicos, essa sim era formada só por médicos.

TF – Médicos farmacologistas.

CS – Médicos farmacologistas.

TF – Então essa comissão de farmacologia, digamos assim. Nessa ocasião existia e ainda existe, um problema sério com a farmacologia no Brasil, uma farmacologia clínica.

CS – Sim.

TF – Pouca gente trabalhando...

CS – Aquela época a gente pode dizer que se contava nos dedos de uma mão os médicos que faziam ensaios clínicos. Eu lembro do dr. Carlini e do dr. Lapa. Na realidade o dr. Lapa, embora seja médico, ele sempre... gostou de fazer estudos pré-clínicos. Mas o dr. Carlini já fazia pesquisa muito antes desse programa e era muito difícil a gente encontrar outros médicos. Eu lembro quando nós selecionamos o primeiro elenco das 21 plantas, eu fui a Escola Paulista de Medicina falara com alguns professores indicados pelo dr. Carlini e cheguei para um grande médico nefrologista e pedi para ele fazer o estudo do quebra-pedra e ele falou uma frase que eu não posso esquecer: “Cyrene, o que a Sociedade Brasileira de Nefrologia vai dizer de mim se souber que estou estudando, fazendo pesquisa e tratando os meus pacientes com chazinho de quebra-pedra”. Era assim aquela época, as plantas eram muito desacreditadas e o quebra-pedra foi uma das grandes estrelas do programa e continua sendo.

TF – Quem mais fez... quem trabalhou com quebra-pedra...

CS – Esse médico trabalhou, é... orientou vários alunos de mestrado e doutorado com quebra-pedra. É um trabalho lindo que até hoje não terminou porque sempre vai ter o que se pesquisar. Foram feitas algumas teses com quebra-pedra, a parte de farmacologia clínica, os ensaios clínicos fase I e II foram feitos na Nefrologia da Escola Paulista de Medicina, hoje Universidade Federal de São Paulo e a parte pré-clínica foi um bio-médico também que se apaixonou por plantas medicinais, dr. João Batista Calixto. Ele fez a parte pré-clínica, a parte fitoquímica foi feita por um colega dele argentino que trabalha com ele lá na Universidade federal de Santa Catarina. O cultivo... foi feito pela dr<sup>a</sup>. Suzeleide Castro França em Ribeirão Preto, na UNAERP [Universidade de Ribeirão Preto], e atualmente estar sendo feito em larga escala pelo dr. Pedro Melino de Magalhães no Centro de Pesquisas Clínicas e Biológicas, o CPQBA [Centro de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas] da Unicamp, um trabalho muito bonito que estar sendo feito lá. Mas a dr<sup>a</sup> Suzeleide foi a pioneira no Brasil de aplicação da biotecnologia no cultivo de plantas medicinais. Então uma grande cientista, uma mulher nota 10 no meio dos pesquisadores de plantas medicinais.

TF – Quais os avanços que você poderia me colocar, para a área, com essa eleição dessas plantas. O trabalho da CEME ... (inaudível) pesquisa em plantas medicinais, essa relação com os grupos de pesquisa... Gostaria que colocasse a sua opinião sobre isso.

CS - À medida que o tempo passa a gente vê o resultado do trabalho da CEME de forma diferente. Quando nós começamos o trabalho, o que todo mundo dizia: até que enfim vai se investir em um grupo de plantas selecionadas por pesquisadores que sabem exatamente o que pesquisar, plantas que são utilizadas de norte a sul, de leste a oeste. Plantas que foram selecionadas mediante a ação do uso popular, então não vai se investir numa planta exótica de pouco uso regional. Esse foi o primeiro enfoque. O segundo enfoque: nós estamos investindo na qualidade da pesquisa no Brasil. Nós estamos formando farmacologistas clínicos porque o programa da CEME não foi só financiamento de projetos de pesquisa, não foi só um balcão de financiamento. O programa da CEME também formou, e muitos pesquisadores, na química, na botânica, na farmacologia, né? Na agronomia... muitos pesquisadores vieram após o programa da CEME. O que mais foi importante? A montagem de um tripé que foi sempre falado e nunca se fez no Brasil, só foi feito depois da CEME. A universidade, a instituição de fomento e começamos a contactar empresas quando a CEME foi abruptamente desativada. Nós íamos formar o tripé que o Brasil precisa. Agência de fomento, pesquisadores e empresas produtoras. Infelizmente não pudemos dar continuidade a isso, mas o embrião ficou e eu espero que outras instituições possam dar continuidade.

TF – Quando você fala de programa, a CEME desde que ela foi criada que ela colocava a pesquisa em produtos naturais. Aí, quando veio [19]82, ela vem com uma ação da comissão. Você acha que houve uma... uma ruptura, uma coisa diferente...

CS – Não, pelo contrário. A CEME, quando ela foi instituída, toda legislação da época da criação, da instituição da CEME, já havia sido pensada nesse financiamento,

aproveitamento da nossa riqueza naquela legislação que eu mandei para a Fiocruz você pode ter observado isso e eu não acredito que tenha havido ruptura, pelo contrário.

TF – Ruptura não. Ruptura no sentido de haver mudança em incentivos.

CS – Vamos dizer que essa mudança foi algo no sentido de aproveitar o que se fez, melhorar e objetivar esse... esse programa no sentido de... é... aproveitar melhor os recursos da CEME. Nós tínhamos, nós... a CEME não era uma agência de fomento à pesquisa como é CNPq, Capes, FINEP. A CEME tinha um pouco do seu orçamento para pesquisa de plantas medicinais. Então, o quê que acontece? A CEME tinha que otimizar essa utilização desses recursos e como isso seria otimizado? Com algo muito enxuto e foi isso que aconteceu. O primeiro projeto financiado pela Central de Medicamentos foi na área de plantas medicinais, o projeto nº 1, era o estudo da (inaudível), dr. Carlini fez e (inaudível) que é o bálsamo. Esse estudo nº 1 da Central de Medicamentos já foi feito na área de plantas medicinais, porque o perfil da CEME já era voltado para isso. E não se perdeu isso, isso foi aproveitado, só que foi aproveitado de uma forma melhor porque naquela época dr. Carlini fez um scrine farmacológico, quando o programa foi implantado e operacionalizado, o dr. Carlini disse: agora nós vamos estudar aquela planta dentro de um estudo direcionado para a área de gastroenterologia. Por exemplo, ele fez um projeto de onde sairia mais tarde o estudo da espinheira-santa que ele publicou e dentro desse projeto estavam aquelas plantas. Então ele aproveitou algum resultado. Tudo que foi feito não... não foi perdido; foi aproveitado, melhorado e adaptado a um novo programa.

TF – Em termos de orçamento, essa relação entre os sintéticos e fitoterápicos, como é que ficava esse peso de financiamento dentro do orçamento da CEME. Como é que ficava balanceado isso?

CS – Na realidade, nem se pode usar balança, porque enquanto em um ano se o programa de pesquisa de plantas medicinais investia 50 mil, 100 mil, o programa de síntese ou programa de nacionalização de fármaco usava 10, 20, 30 vezes mais. O programa de pesquisa de plantas medicinais foi um programa muito barato pelo resultado que se obteve com ele nos 15 anos de existência, era um programa muito barato e o programa de síntese era um programa muito caro.

TF – Você coloca 15 anos, 15 anos pegando de [19]82 a 97. E esses anos anteriores, não tinha programa... Como é que era isso?

CS – As pesquisas eram... eram soltas, aleatória, o pesquisador trazia um projeto, se havia recurso, a CEME financiava, então não havia um objetivo, não havia determinados critérios para se financiar o projeto... era interessante (inaudível).

TF – Eu queria saber o seguinte, como era eleito esses pesquisadores.

CS – É... o primeiro chamado foram...

TF – Existia uma comissão julgadora... Como que vocês aprovavam os projetos...



CS – Sim, sim. Em cada área nós tínhamos consultores *ad-hoc*. Nós tínhamos consultores adoc na área de química, nós tínhamos... E esses consultores, eles eram é... selecionados na comunidade científica, eles passavam pelo presidente da CEME, passavam pela diretoria da CEME e depois então saía uma portaria com os nomes desses pesquisadores. Nós tínhamos então uma comissão julgadora na área de química, na área de botânica, na área de biotecnologia vegetal, na área de ensaios clínicos e na área de estudos farmacológicos, na área pré-clínica.

TF – Isso depois de 82.

CS – Depois de 82.

TF – E antes, como eram esses projetos? O pesquisador chegava aqui e pedia financiamento, se tinha e se não tinha...

CS – Isso é que me foi passado pelos funcionários que estavam lá quando eu cheguei. dr. Edmundo foi um desses diretores.

TF – Então já existia essas comissões...

CS – Não, as comissões foram após a minha chegada, por sugestão minha.

TF – Ah, antes não existia...

CS – Não, não.

TF – Tá. Aí eles eram... as pessoas que estavam dentro do Ministério da CEME que elegiam.

CS – Sim.

TF – Você sabe qual era o papel, qual a importância do Ribeiro do Vale nessa... O papel dele, ele tinha um vínculo com a CEME, eu não sei...

CS – O dr. Ribeiro do Vale foi uma pessoa que... era uma pessoa carismática que eu não trabalhei diretamente com ele; trabalhei muito com os discípulos dele, inclusive dr. Antônio José Lapa que para mim está entre os três melhores pesquisadores no Brasil de plantas medicinais.

TF – Me diga o seguinte, existiu um momento mais adiante...(inaudível) Existia um convênio com o CNPq para pesquisa, você sabe desse convênio?

CS – Os nossos convênios eram feitos com interveniência do CNPq, os primeiros convênios. Mas o CNPq participava pelo menos, após 82, participava como interveniente, mas a verba era da CEME, as supervisões eram feitas pela CEME. É... tudo era feito pela

Central de Medicamentos. A interveniência naquela época acho que foi um acordo entre presidência da CEME e presidência do CNPq, porque o financiamento todo era da Central de Medicamentos e todo o acompanhamento do projeto era da Central de Medicamentos.

TF – Existia um percentual fixo direcionado para pesquisa em fitoterápicos?

CS – Não, nós fazíamos uma previsão porque nós tínhamos como fazer essa precisão. A partir do momento que o ano era encerrado nós sabíamos os projetos que necessitavam ser editados por não ter concluído a pesquisa ou muitas vezes um novo projeto vinha se juntar aquele de uma forma diferente, um teste diferente, um outro mecanismo de ação e então a gente tinha como verificar o que seria necessário para custear esses projetos. Essa previsão era feita e geralmente o que era repassado era entre 30 a 70% do proposto. Mas felizmente dava para a gente...

TF – Do proposto ou do solicitado?

CS – Do solicitado.

TF – Mas do solicitado depois de aprovado os projetos, acabavam os projetos...

CS – Não, não. A previsão era feita bem antes, tanto que às vezes a aprovação ficava condicionado a suplementação de verbas.

TF – Assim que o dinheiro (inaudível)...

CS – Exatamente.

TF – Me diga o seguinte: qual era a relação, quer dizer, como é que ficava... As plantas medicinais ... acabou que com a história da CEME, que a gente vai chegar lá, não conseguíamos na realidade produzir um medicamento, né? Chegamos a isso, a história de pesquisa na universidade. Os laboratórios particulares participavam dessas pesquisas também ou só as universidades?

CS – Nós chegamos a ter algum envolvimento da FUNED, da IQUEGO e da Fiocruz, Fundação Ezequiel Dias [FUNED], Belo Horizonte, Minas Gerais, da Fundação Oswaldo Cruz e da Indústria Química do Estado de Goiás, IQUEGO. Com esses três laboratórios nós chegamos a ter algumas reuniões e pensávamos que sairia o fitoterápico da espinheira-santa, porque o livro foi publicado em dezembro de 1988 e começaram as conversações, mas com as mudanças frequentes de presidente da Central de Medicamentos, um tinha interesse o outro não tinha, um queria o outro não queria, e isso de uma certa forma abalava o programa e a gente vivia numa gangorra administrativa.

TF – Me diga o seguinte: qual é a relação dentro dessa gangorra administrativa com as empresas privadas.

[Interrupção da fita]

TF – Articulação com laboratórios oficiais, eles faziam pesquisas... e as pesquisas ficavam exclusivamente nas universidades no que diz respeito a fitoterápicos.

CS – A participação dos laboratórios oficiais seria depois dos estudos realizados. Nós chegamos até alguns contatos, fizemos algumas reuniões com a Indústria Química do Estado de Goiás, esse aí eu já falei, e com a Fundação Ezequiel Dias e ainda com a Fundação Oswaldo Cruz para a produção da espinheira-santa que foi o primeiro livro publicado, primeiro estudo publicado com resultados positivos em dezembro de [19]88.

TF- Por que a espinheira-santa acabou não conseguindo virar medicação da CEME?

CS – A descontinuidade administrativa da CEME não deixava que a gente seguisse. Então era um pouco de teimosia da nossa parte, insistir na produção. Mas logo depois da publicação do livro da espinheira-santa nós tivemos uma fase muito difícil no programa que foi no governo Collor, nós tivemos um presidente da CEME que durante o tempo que ficou na Central de Medicamentos não investiu qualquer recurso no programa de plantas medicinais. Nós tivemos um ano, pode-se dizer um ano zero.

TF – Que ano foi esse?

CS – [19]90 e 91. Nós não tivemos nenhum...

TF – Quem era o presidente da CEME?

CS – Dr. Antônio Carlos, o que veio de São Paulo e aqui... no Ministério da Saúde havia alguém ligado ao Paulo César Farias... e a CEME já era do Ministério da Saúde naquela época. Então foi uma época muito difícil para a Central de Medicamentos e principalmente para o programa de pesquisa de plantas medicinais. Nós temos um gráfico com números de projetos aprovados, com números de recursos investidos e foram dois anos negro e na escala nós estamos em zero.

TF – Eu vi isso. Me disseram que esses dois anos houve um... (inaudível) E como é que aconteceu? Aí os projetos de pesquisas ao mesmo tempo eles continuaram, as universidades param os projetos, alguns conseguiram continuar...

CS – Alguns heróicos pesquisadores continuaram mesmo sem o incentivo, mesmo sem o financiamento durante dois anos trabalhando. Então nós tivemos uma segunda fase que começou no início de 93 e pode não ter sido tão boa como a primeira fase de [19]83 a 89, mas foi uma fase muito mais produtiva porque nós já conhecíamos quais os pesquisadores que queriam mesmo trabalhar com plantas medicinais, que tinham o interesse em... em desenvolver um medicamento a base de plantas medicinais, que comungavam o mesmo pensamento, que tinham a mesma filosofia da Central de medicamentos. A gente já conhecia esses pesquisadores, o primeiro... a primeira fase foi muito difícil porque a gente não conhecia, investiu em algumas instituições, em alguns nomes que depois de uma certa forma o retorno não foi tão gratificante. Mas na segunda fase não, na segunda fase nós só

trabalhamos com pessoas sérias, dedicadas e que como eu disse, comungavam o mesmo pensamento e tinha a mesma filosofia do programa de pesquisa de plantas medicinais.

TF – Na segunda fase foi data de quando?

CS – De [19]92 a 97.

TF – Depois da crise.

CS – Depois da crise.

TF – Você falava de 92 a 97...

CS – Sim, nós podemos considerar que o programa teve duas fases com esse período negro.

TF – De 91,92...

CS – 90, 91.

TF – Aí retomou-se esses projetos originais? Essas iniciativas? Como foi que vocês fizeram?

CS – Alguns que estavam com resultados promissores foram continuados e já havia uma outra forma de financiamento na área de bio-tecnologia de cultivo, já começávamos a investir em fitoquímica com isolamento de princípio ativo e já se abria mais o leque de financiamento, não era mais só pesquisas pré-clínicas e clínicas... porque esse leque já estava mais abrangente nessa segunda fase.

TF – Como é que era essa relação entre a pesquisa clínica e pré-clínica.

CS – As pesquisas clínicas continuavam daquelas plantas que o estudo pré-clínico já estava pronto e com resultado promissor e se investia no ensaio clínico fase I e II. As de fase que estavam com estudos prontos no ensaio clínico I e II, já se investia em um cultivo biotecnológico de isolamento de um princípio ativo. Então para se chegar, né.

TF – E a parte química?

CS - A parte química também.

TF – Tinha uma articulação entre essas... o início do trabalho desses projetos... Havia uma integração entre esses químicos e farmacólogos?

CS – É, alguns farmacologistas trabalhavam desde o começo com alguns químicos, mesmo a CEME não tendo investido na primeira fase em estudos químicos, mas alguns farmacologistas já trabalhavam lado a lado com químicos. É... eu citei o caso do dr. Calixto

que trabalhava com o dr. Rosendo Yunes desde o princípio, o dr. Lapa também já trabalhava lado a lado com químico.

TF – Pode-se dizer que houve um programa integrado na CEME após 93, seria isso? Programa integrado mesmo, assim nessa idéia...

CS – Não. O programa integrado existia desde o princípio, só que o financiamento para a parte química veio depois.

TF – Sim, mas aí se não financiavam químicos, vocês esperavam que a universidade então financiasse, que já estivesse fazendo essas...

CS – Na realidade, o farmacologista quando ele pedia um recurso para parte farmacológica, ele tinha do lado dele um químico que o ajudava, eu acho que trabalhavam juntos e o cientista, quando ele é um pesquisador de verdade, é o que menos importa é o dinheiro para ele, ele quer é ver chegar a um resultado final. Eles trabalhavam integrado sim.

TF – Me diga: como é que era feita a eleição dessas plantas? Foram eleitas 21 plantas, né? Como é que vocês elegeram essas plantas. Baseada em cultura popular ou baseada já em toxicidade...

CS – Como eu disse no primeiro, nós tínhamos a ficha de levantamento...

### **Fita 1 - Lado B**

CS - ... durante três dias, numa primeira reunião, a Comissão de ensaio... a Comissão de Seleção de Plantas se reuniu e depois uma segunda reunião, uma terceira reunião. E eles elegeram alguns critérios que é do conhecimento de todo mundo, que isso foi amplamente divulgado. Eles basearam em critérios botânicos, agrônômicos, médicos, antropológicos, sociais e com base nesses critérios eles elegeram essas 21 espécies. Então a coisa foi sem fazer trocadilho, foi criteriosamente estudada e criteriosamente selecionada esse elenco de 21 plantas com base nesses critérios: médicos, antropológicos, sociais, botânicos, agrônômicos e econômicos.

TF – E aí esse (inaudível) 12 projetos com essas 21 plantas, seria isso?

CS – Essas 21 plantas geraram em um primeiro tempo, 36 projetos; foram financiados 36 projetos dessas 21. Na realidade, nem todas foram estudadas. Nós temos uma planta aqui... nenhum pesquisador mostrou interesse por ela. Então o programa praticamente acabou sem que ela fosse estudada, que é a “orelano”, o urucum. Não houve interesse em estudar essa planta. Então aqueles 36 projetos foram financiados logo em 83, 84 e 85; depois vieram outros e mais outros... Num total... a CEME financiou 115 projetos de pesquisa.

TF – Olha só, em termos de administração da CEME, que tem haver com a política da própria CEME, ela saiu... ela, legislativamente, ela da Presidência da República passou para o Ministério da Previdência Social e depois para Ministério da Saúde. Você estava lá nessas mudanças todas, da Previdência Social para Ministério da Saúde.

CS – Sim.

TF – O que significou isso em termos do trabalho de vocês.

CS – Para... para a coordenação de pesquisa e desenvolvimento científico, não houve mudança, para o servidor sim; mas para o setor de pesquisa as coisas continuaram...

TF – Não houve mudança nem administrativa nem orçamentária.

CS – As coisas ficaram mais difíceis, mas... eu acho que isso não causou nenhum prejuízo.

TF – Outra coisa, também administrativa: eram duas propostas, acho até que era avaliação... problemática da CEME... (inaudível) de mudança para, em 1979, para Empresa Brasileira de Medicamento e depois para Secretaria de Insumos para Saúde. Você participou dessa segunda? A primeira você não estava lá.

CS – Não.

TF – Essa segunda foi em [19]93. Você participou da elaboração desse projeto? (inaudível) projeto foi encaminhado (inaudível)

CS – Eu participei amplamente das discussões, inclusive, fiz parte do grupo que conseguiu uma Audiência Pública no Congresso... e vi com muita tristeza as coisas irem por “água a baixo”, infelizmente.

TF – Essa proposta era o quê? O quê que mudava na CEME de Central de Medicamentos para Secretaria de Insumos?

CS – Essas mudanças é... o meu ponto de vista é completamente diferente hoje do que era na época. Se fosse hoje, talvez eu tivesse participado de uma outra forma, porque hoje eu vejo que não era nada para melhorar.

TF – Inaudível.

CS – Isso não vai contribuir em nada! Nem para... nem para mim nem para sua história, então eu prefiro não falar

TF – Sim, mais aí é... você não gostaria de falar que proposta era essa? O que ela impedia?

CS – Inaudível.

TF – Então me diga o seguinte: então... lembra da desativação do projeto? Isso aí, pelo que eu estou entendendo, isso aí já vai cair na desativação dessa... (inaudível) ... dentro da CEME, o que levou a essa desativação.

CS – Primeiramente não houve discussão, os servidores não participaram de absolutamente nada. A CEME foi desativada por uma ordem superior, não coube a nós, servidores, nenhuma participação nessa discussão.

TF – O que você acha que aconteceu?

CS – O que eu sei é o que a mídia diz, que a CEME foi desativada porque havia corrupção no órgão.

TF – E havia corrupção no órgão? (inaudível)

CS – Eu creio que onde há o ser humano, o ser humano é passível de ser corrompido e de se corromper. E não apenas na CEME, o noticiário de hoje, de muitos órgãos, é pior do que era na época da Central de Medicamentos, nem por isso estão se fechando órgãos hoje em dia ou desativando.

TF – Qual foi a diferença entre desativar e extinguir, porque na mesma portaria foram... na mesma legislação foram desativadas... foram extintos o INAM e a SUNAP e a CEME foi desativada.

CS – Não era a diferença de...

TF – Eu sei (inaudível), mas por quê que foi colocado dessa maneira?

CS – Isso foi uma forma talvez de... se dar alguma esperança aos servidores da CEME, porque se sabe que o que se desativa pode ser reativado. Só que em nenhum momento nós acreditamos nisso.

TF – Como é que ficaram os laboratórios oficiais? Porque eram sustentados pela CEME, não o de plantas medicinais que não chegou a ser produzidos medicamentos de fármacos, mas o medicamento sintético dos laboratórios oficiais tinha um suporte bastante consistente, vamos dizer assim.

CS – É, realmente a CEME tinha um programa de modernização, o PROMOR, que era responsável pela modernização desses laboratórios oficiais e era investimento que não era pouco... Mas quando se vai ou extinguir um órgão ou desativar, acho que não há essa preocupação com o que vai acontecer daqui para a frente, como não se perguntou o que se vai fazer com os resultados do programa de pesquisa com plantas medicinais.

TF – Da outra vez você chegou a falar (inaudível) que houve por parte da Fiocruz uma participação... que você não teria gostado, ajudou um pouco essa... essa desativação.

CS – Eu falei... também que nós temos grandes pesquisadores na Fiocruz, inclusive eu citei o nome do atual vice-presidente, dr. Renato Sérgio Balão Cordeiro, que trabalhou conosco durante algum tempo, mas geralmente... quando há alguma coisa fazendo sucesso aparecem as invejas, os adversários... Com o ser humano se diz que... quanto mais ele aparece mais cresce o número dos seus adversários e que na mediocridade ninguém tem inimigo. A CEME tinha um programa que não era medíocre como tantos outros e é claro que havia adversários...

TF – Inaudível.

CS – Isso... isso para mim hoje é coisa passada, eu prefiro esquecer, isso ainda me machuca. Eu... como eu falei no princípio, eu ajudei a montar o programa, eu só não participei da primeira reunião das comissões... Eu fui a mãe, o pai daquele programa juntamente com a comunidade científica, sozinha eu não teria feito nada, absolutamente nada e essas coisas que machucam a gente é bom a gente esquecer. Guardo boas lembranças, muito boas mesmo... Os pesquisadores de fato, dos cientistas verdadeiros que o Brasil tem, que lamentavelmente tiveram prejuízo com a desativação da CEME.

TF – Você acha que essa desativação, ela veio para uma base muito forte para o fitoterápicos ou os sintéticos também, os químicos (inaudível) muito mais (inaudível)

CS – Olha, eu acredito que isso foi uma decisão governamental e eu não acredito que nem pessoal de sintético, nem pessoal de plantas medicinais... foi uma decisão... quando o governo decide está decidido. Nós estamos vendo agora com esse absurdo de apagão e isso vai continuar enquanto o brasileiro...

TF – As empresas privadas também perderam com isso?

CS – Não acredito.

TF – Elas ganharam da CEME...(inaudível)

CS – Não acredito... Eu não acredito no envolvimento de forças ocultas (risos)

TF – (inaudível) já estava explícitas que empresas privadas trabalham (inaudível) com forças ocultas. Mas interessava a elas, quer dizer, a CEME era... era um apoio da empresa privada ou era um (inaudível), elas disputavam o mercado?

CS – Algumas empresas privadas estavam interessadas em produzir fitoterápicos, então para essas empresas também foi ruim a desativação da CEME, elas não tinham porque querer a desativação da CEME, não acredito. Havia coisas mais importantes para elas se preocuparem.

TF – Essa relação de medicação...



CS- Ia ser bom também para as empresas privadas porque a produção de um fitoterápico em uma empresa privada é diferente de um laboratório oficial. A empresa privada sabe o que é competitividade, tem mais recursos para fazer o seu *marketing*, eles iam lucrar também. Os empresários também iam lucrar, porque eles iam produzir e ia haver competitividade no mercado, eles sabiam disso. Seria bom para eles também.

TF – Algumas dessas empresas, hoje estão investindo, já sabe que a Schering, a Merck estão investindo em fitoterápicos, já investiam nessa ocasião?

CS – Não, não creio. Eu sei que o Laboratório Catarinense faz algum tempo que investe, a Merck já andou investindo, a própria Schering.

TF – A Schering hoje é a indústria que mais está investindo...

CS – Exato.

TF – O Calixto está fazendo um trabalho...

CS – É.

TF – O que mais você quer nos falar sobre a CEME, sobre (inaudível)... Esse trabalho sobre a Comissão de Plantas (inaudível) vocês viajaram pelo país, como é que vocês faziam esse contato com as universidades? Faziam simpósios periódicos, como é que faziam...

CS – Nós tínhamos reuniões constantes, nós fazíamos a cada mês reunião com cada comissão. Um mês nós fazíamos reunião com a comissão de biotecnologia de cultivo, depois com a de ensaio clínico, depois com a de estudos pré-clínicos, uma comissão de botânica... Nós tínhamos contato permanente, quando os projetos eram financiados nós fazíamos uma supervisão antes do projeto ser iniciado. Quando o recurso era liberado nós acompanhávamos de perto, íamos a instituição para ver se os equipamentos tinham sido comprados, se tudo que estava no projeto, no plano de aplicação estava sendo feito e quando o projeto terminava com a pesquisa, estava concluída, nós íamos quando recebíamos o relatório final para ver exatamente se tinha sido feito tudo que tinha sido proposto no cronograma de execução física. Então era um acompanhamento muito de perto, muito de perto mesmo.

TF – Isso foi feito o tempo todo?

CS – Durante todo o programa, todo programa. Foi um acompanhamento ali, uma luta corpo a corpo. Nós sabíamos exatamente o que estava acontecendo com todos os projetos, embora fosse uma equipe pequena, né? Eu cheguei a ficar uma época sozinha, eu era secretária, eu era o boy, era o contínuo e eu era gerente do programa de pesquisa de plantas medicinais. Depois de algum tempo eu tive uma equipe...

TF – Foi no momento da crise?

CS – Foi no momento da crise.

TF – E antes você tinha quantas pessoas?

CS – Eu tinha uma secretária, um agente administrativo e um... um apoio que eu chama de meu assessor para assuntos de informática porque ele me ajudava fazendo folder, fazendo as transparências dos simpósios, dos congressos, das reuniões, ele fazia os posters que nós expúnhamos nos congressos, era responsável pela montagem e desmontagem de todos os stands... porque o programa de pesquisa de plantas medicinais não era só da CEME, era do Ministério da Saúde, inclusive eu cheguei a ir a China representando o Ministro da Saúde numa missão de Ciência e Tecnologia, foi feito um projeto e esse projeto era para produção do primeiro fitoterápico e isso está sendo... seria feito na Universidade Federal Fluminense e hoje eu não sei o que foi feito disso porque o governo assinou o acordo e não se preocupou com a assinatura desse acordo e com o desenvolvimento dos fitoterápicos.

TF – Mas fitoterápicos (inaudível) mas existiam os simpósios? Fora o simpósio de plantas medicinais, vocês não tinham encontros anuais?

CS – Sim, nós tínhamos, era bi-anual, nós fazíamos era o Encontro de Avaliação do Programa de Pesquisas com Plantas Medicinais. Então cada pesquisador vinha a Brasília e na frente de todos os outros pesquisadores dizia como estava o seu projeto, não se fazia nada às escondidas, nada oculto, todo mundo sabia o que todo mundo estava fazendo.

TF – Esses 36 projetos que vocês chegaram a trabalhar se apresentavam...

CS – Todos se apresentavam. A gente fazia isso geralmente num hotel ou na própria Central de Medicamentos quando um número era menor, quando o número era reduzido, mas quando era um número maior, nós fazíamos carta-convite, tudo dentro da legalidade e fazíamos isso. Então um pesquisador da parte de botânica sabia o que o farmacologista clínico estava fazendo e vice-versa. Ele tinha conhecimento do que estava sendo feito no escopo do programa.

TF – E vocês aprovavam ou não aprovavam a continuidade dos projetos.

CS – Exatamente.

TF – Houve casos de alguns cortes por insatisfações?

CS – Houve.

TF – Poderia localizar, assim, mais ou menos?

CS – Eu preferia não localizar porque isso implicaria em dizer o projeto, o pesquisador e a planta. E eu não gostaria de citar nomes por uma questão de ética.

TF – Me diga o seguinte: vocês têm esses relatórios, todos aqueles documentos...

CS – Todos os relatórios estão guardados em caixas e foram entregues, a documentação, ao Ministério da Saúde. Eu guardei durante o ano... durante o primeiro semestre de [19]98, mas ele me foi requisitado e estão guardados... tudo está guardado lá no arquivo central.

TF – Inaudível. Você tem mais alguma coisa que gostaria de falar... Aí depois que acabou a CEME, como é que ficou, como era a articulação... Você me passou naquela documentação... uma legislação referente, mas com a Fiocruz especificamente, que eu não vi, com as duas pessoas que você citou. Isso gerou algum trabalho especial com a Fiocruz?

CS – Nós financiamos projetos com a Fiocruz como financiávamos para qualquer outra instituição, embora isso tenha sido questionado durante algum tempo por alguns presidentes da CEME porque eles diziam “como que nós, sendo do Ministério da saúde, estamos repassando recurso para uma co-irmã. Não tem cabimento, eles têm orçamento como nós temos”. E isso chegou a me dar problemas porque o pesquisador que trabalhava conosco era um pesquisador que nos dava retorno, que era o dr. Renato Sérgio Balão Cordeiro, e a gente não podia deixar de financiar um projeto para o pesquisador só porque ele era da Fiocruz. Mas isso chegou a gerar algum problema na CEME... Só dessa forma que era feito.

TF – Em termos de produção, chegou uma época que era... que a produção da Fiocruz saia com dois carimbos, da Fiocruz e da CEME, eu me lembro disso, na década de 80 por aí... Não sei se dos laboratórios oficiais também saiam assim... Não de fitoterápicos especificamente...

CS – Deve ter sido antes de 82, que eu não lembro.

TF – E com a desativação da CEME o problema acabou de repente.

CS – Quando a CEME foi desativada, foi para a Central de Medicamentos o dr. Platão e ele me chamou ao gabinete com outros servidores e disse que nós iríamos para o Ministério da Saúde e que no Ministério da Saúde havia uma coordenação... coordenação... coordenação de desenvolvimento científico e tecnológico. A coordenadora era dr<sup>a</sup> Susana Ávila e que lá, nessa coordenação o programa teria continuidade. E eu acreditei! E vim. Só que eu fiquei 4 meses trabalhando com a dr<sup>a</sup> Susana e não aconteceu absolutamente nada, absolutamente nada. E quando...

TF – Inaudível.

CS – Não tinha nada a ver com o programa, com a continuidade do programa da CEME. Depois de 4 meses que eu estava nessa coordenação, em uma dessas muitas reestruturações pelas quais o Ministério da Saúde passa, acabaram com aquela coordenação e a dr<sup>a</sup> Susana foi para a Assistência Farmacêutica e eu fui trabalhar na coordenação de Controle de Infecção Hospitalar. Porque eu tenho uma especialização em microbiologia e fui trabalhar na coordenação de Controle de Infecção Hospitalar, que depois também saiu do Ministério

da Saúde, sem muita explicação, e está agora na Vigilância Sanitária, para aonde eu não quis ir.

TF – Você que escolheu esse espaço aqui.

CS – É. Procurei algum lugar onde eu pudesse trabalhar porque eu não consigo ficar parada. E durante os 15 anos da CEME eu trabalhava muito... Eu sempre, sempre gostei de... Ma realmente não é minha área, eu sou da área de Ciência e Tecnologia, eu tenho curso de especialização na USP e lamento profundamente tudo isso que o Ministério fez a gente passar. O Ministério não! Sua Excelência, o Presidente da República e sua Excelência, o ex-ministro da Saúde.

TF – Tem uma legislação, logo no início, não sei se você tem (inaudível)... Logo no início da CEME, em [19]75, (inaudível), que parte da CEME, atividades teria passado pelo Ministério da Indústria e Comércio. Você teria essa... (inaudível) Depois eu não consigo, (inaudível) a legislação está sempre com (inaudível) e eu não consegui ver e o jornal dizia que a pesquisa teria ido para Indústria e Comércio, então seria interesse comercial etc. e tal.

CS – Alguns projetos da CEME foram desenvolvidos... naquela época havia Secretaria de Tecnologia Industrial, acho que STI.

TF – Isso.

CS – Trabalhava lá o dr<sup>a</sup> Marta Nóbrega, o dr. Lourival Medeiros e o dr. Macedo, e eles tinham um relacionamento muito bom com a CEME, então muitas reuniões foram feitas e alguns projetos realmente saíram juntos. Não que os projetos da CEME fossem para o Ministério, mas era mais ou menos como naquela época do CNPq, com a interveniência. Foi uma época... um casamento, é. Eu lembro disso do tempo da STI.

TF – Tá.

CS – Da Secretaria de Tecnologia Industrial

TF – Me diga o seguinte, você sabe de qual instituição era Antônio Santana?

CS – Antônio Euzébio de Santana.

TF- Isso.

CS – Ele é da Universidade Federal de Alagoas. Grande pesquisador, Antônio Euzébio de Santana.

TF – Ele também fez parte da Comissão, não é?

CS – Fez.

TF – Só não tinha a instituição. Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?  
Sobre essas questões?

CS – Não, eu acho que suas questões foram bem abrangentes. .... Só uma esperança de que isso não tenha sido em vão, não só o programa da CEME, mas isso que a gente está fazendo, que não seja em vão.

TF – Esperamos.

CS – Ok.